

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



31 DE DEZEMBRO DE 2021

São José do Rio Preto (SP), 25 de março de 2022.

Ao
Banco Central do Brasil
Diretoria de Regulação

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ref.: Demonstrações Financeiras para o Semestre findo em 31 de dezembro de 2021.

Prezados Senhores:

Em atendimento ao requerido na resolução Nº 4.720 e demais normativos vinculados, estamos encaminhando arquivo eletrônico que contém os documentos abaixo elencados e, que compõem as Demonstrações Financeiras da FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA, relativas ao período supramencionado:

- 1- Relatório da Administração;
- 2- Relatório do Auditor Independente;
- 3- Demonstrações Financeiras – data-base 31.12.2021
- 4- Notas Explicativas de 31.12.2021.

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados no site eletrônico abaixo informado, da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC e, em razão do site desta empresa está passando por reformulação e, tão logo concluídos, estas informações estarão disponibilizadas neste canal <http://abac.org.br/uma-associada/a-abac/balancosAdms>

TERMO DE RESPONSABILIDADE Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam a cópia fiel das demonstrações financeiras, ora auditada pela empresa ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S.LTDA (Alberto Francisco Costa-CVM Nº 8.941 – CNAI nº 1.775) e, disponibilizadas de forma eletrônica no endereço <https://abac.org.br/uma-uma-associada/a-abac/balancosAdms>, no site da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC.

Atenciosamente,


Helene Ap. Sartoreto Ribeiro
Diretora Financeira

Relatório da Administração

Senhores Cotistas e Administradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Finama Administradora de Consórcio Ltda (Consórcio Finama) e dos Grupos de Consórcios que administra, relativos ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Cenário da atuação da Empresa

O Consórcio Finama é uma sociedade limitada que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens móveis (automóveis, caminhões, motocicletas e bens móveis múltiplos), de bens imóveis e de serviços por meio de autofinanciamento dos consorciados nos termos da Lei nº 11.795 de 08 de outubro de 2008.

Nosso desempenho

Em 31.12.2021 tínhamos sob nossa administração 33 grupos de consórcio em andamento, distribuídos em 04 grupos de automóveis, 28 grupos de motocicletas, 01 grupos de imóveis, totalizando 5.416 cotas ativas, sendo destas 3.449 de consorciados contemplados. No período foram entregues 530 bens.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Consórcio Finama finalizou o exercício de 2021 de forma satisfatória, sendo a sua receita com prestação serviços no montante de R\$ 6.155 mil, com uma redução de 4% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 6.426 mil).

Encerramos o exercício com lucro de R\$ 1.216mil, resultado que demonstra a confiança de nossos consorciados e atuação firme e comprometida dos nossos colaboradores, parceiros e dirigentes refletindo positivamente no resultado.

Nosso desempenho em relação aquisição de bens (bens entregues) que neste exercício de 2021 no valor de R\$ 26.573 mil, teve uma redução de 15% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 31.066), motivado pela redução de grupos ativos.

O patrimônio líquido da empresa atingiu o montante de R\$ 7.710mil.

Perspectivas

A Administração prevê avanço/crescimento nos negócios para 2022, pós o contencioso cenário dos efeitos da pandemia do Covid19, com ampliação da área de atuação, apoiadas em inovação tecnológica e em ampla informatização dos processos para a comercialização dos produtos.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos nossos diretores, parceiros comerciais e clientes pelo apoio, confiança e credibilidade dispensadas. Aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

São José do Rio Preto, 28 de fevereiro de 2022.

A Administração.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e Administradores da
Finame Administradora de Consórcio LTDA
São José do Rio Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Finame Administradora de Consórcio LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Finame Administradora de Consórcio LTDA** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2021, e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Finame Administradora de Consórcio LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Rua Parâ, 263 - Santa Teresinha - Sorocaba - SP - 13635-100 - Fone: (15) 99786-5111 - (15) 3233-6945
www.agrauditoria.com.br



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos de utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.
- Cumprimento dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil (Circular BACEN nº 3.524, de 03 de fevereiro de 2011).

Outros assuntos

a-) Efeitos da pandemia com o Covid-19

Em decorrência da incerteza sobre o momento crítico que estamos passando com a pandemia do COVID-19, com exceção às medidas cautelares adotadas pela Administradora mencionadas nos parágrafos abaixo, não observamos através das demonstrações contábeis examinadas, para o período findo em 31 de dezembro de 2021, possíveis variações econômicas/financeiras significativas ocasionadas pelos efeitos dessa pandemia.

Conforme mencionado sob nota explicativa nº 31, observamos que a Administradora adotou medidas cautelares para prevenção do contágio, mencionando ainda que as suas atividades seguiram de forma regular, não sendo afetadas com grande impacto, não havendo a necessidade de captação de recursos de terceiros ou de uso de benefícios emergenciais governamentais e que operacionalmente foram adotadas práticas para negociação de eventuais atrasos de parcelas mensais e repactuação de acordos de cobrança.

b-) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, e o último relatório de auditoria datado de 26 de fevereiro de 2021, sem ressalvas.

Rua Parâ, 263 - Santa Teresinha - Sorocaba - SP - 13635-100 - Fone: (15) 99786-5111 - (15) 3233-6945
www.agrauditoria.com.br



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Interno de Controle e Supervisão, bem como pelas políticas contábeis adotadas para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administração ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da Administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administração.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Rua Park, 263 - Santo Teresinha - Sorocaba - SP - 13035-100 - Fone: (15) 99786-5111 - (15) 3233-6945
www.acrauditores.com.br



- Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 28 de Fevereiro de 2022.-

ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP039035/O-0

ALBERTO FRANCISCO COSTA
Contador CRC1SP164282/O-0
CVM-AD nº 8.941 / CNAI nº 1.776

ANTONIO CARLOS RUBINATO
Contador CRC1SP111745/O-0
Registro - Ibracon nº 5.092

Rua Park, 263 - Santo Teresinha - Sorocaba - SP - 13035-100 - Fone: (15) 99786-5111 - (15) 3233-6945
www.acrauditores.com.br



FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Rua Luís Val de Camões, 2929 - 5.º J. Rio Preto/SP
E-mail: atendimento.finama@grupofinama.com.br - Fone: (17) 2136.4906
Home page: www.consolidafinama.com.br - Cuidados: 0800-1094144

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Balanco Patrimonial do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/Dez/2021	31/Dez/2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	488	180
Instrumentos financeiros	5	8.764	7.298
Outros créditos	6	10	27
IRRF à compensar	6	90	58
Outros valores e bens	6	-	-
		<u>9.352</u>	<u>7.563</u>
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores pendentes de cobrança judicial	6	1.139	823
Devedores por depósitos em garantia	6	195	129
		<u>1.334</u>	<u>952</u>
Permanente			
Investimentos	7	6	6
Imobilizado	8	827	823
(-) Depreciações do imobilizado de uso	8	(653)	(574)
Intangível	9	222	222
(-) Amortizações do intangível	9	(183)	(176)
		<u>219</u>	<u>301</u>
TOTAL DO ATIVO		10.905	8.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Rua Luís Val de Camões, 2929 - 5.º J. Rio Preto/SP
E-mail: atendimento.finama@grupofinama.com.br - Fone: (17) 2136.4906
Home page: www.consolidafinama.com.br - Cuidados: 0800-1094144

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Balanco Patrimonial do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/Dez/2021	31/Dez/2020
Passivo Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	11	170	167
Recursos a devolver a consorciados	10	1.156	829
Provisão para pagamentos a efetuar	11	681	463
Fornecedores	11	17	10
		<u>2.024</u>	<u>1.469</u>
Passivo Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Recursos pendentes de recebimento-Cobrança Judicial	11	1.139	823
Provisão para demandas judiciais	11	32	31
		<u>1.171</u>	<u>854</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	4.789	1.788
Lucros (Prejuízos) acumulados	12	2.921	4.705
		<u>7.710</u>	<u>6.493</u>
TOTAL DO PASSIVO		10.905	8.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Finama Administradora de Consórcio Ltda.
Assinado digitalmente por: [Assinatura]
Data: 2022.01.04 10:00:00

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 31/Dez/2021	Exercício 31/Dez/2021	Exercício 31/Dez/2020
Receitas da Intermediação Financeira				
Rendas de títulos e valores mobiliários	17	254	350	161
		254	350	161
Outras				
Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas de prestação de serviços	13	2.978	8.155	6.426
Impostos (Pis, Cofins, IRRPJ)	13	(351)	(716)	(752)
Despesas tributárias	14	(46)	(70)	(45)
Despesas com pessoal	15	(1.385)	(2.373)	(2.235)
Despesas com depreciação/amortização	14	(43)	(86)	(93)
Despesas administrativas e comerciais	14	(342)	(673)	(900)
Outras despesas operacionais	14	(460)	(921)	(772)
Outras receitas operacionais	17	83	195	265
		634	1.511	1.894
Resultado operacional		888	1.861	2.055
Resultado não operacional		-	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL		888	1.861	2.055
Imposto de renda	16	(468)	(468)	(513)
Contribuição social	16	(177)	(177)	(193)
		(645)	(645)	(706)
Resultado do exercício		243	1.216	1.349
Resultado por cotas de capital		0,09	6,35	0,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

DRA - Demonstração do Resultado Abrangente
do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 31/Dez/2021	Exercício 31/Dez/2021	Exercício 31/Dez/2020
Resultado do Período	243	1.216	1.349
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	243	1.216	1.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	31/Dez/2021	31/Dez/2021	31/Dez/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício	243	1.215	1.349
Depreciações e amortizações	43	86	93
Aumento de Capital para Distribuição de Lucros	3.001	3.001	-
Caixa operacional antes dos movimentos de capital de giro	3.287	4.303	1.442
Diminuição (Aumento) nos ativos:	134	(386)	(300)
Valores a receber pendentes cobrança judicial	(153)	(300)	(175)
Adiantamentos salariais	(2)	(1)	23
Cheques pré-datados de consorciados	-	2	-
Devedores por depósitos em garantia	(43)	(64)	(96)
Impostos a compensar	315	(31)	(58)
Outros valores e bens	17	-	6
Aumento (Diminuição) nos passivos	375	872	414
Impostos e contribuições	7	2	(34)
Obrigações por recursos grupos encerrados	251	642	433
Provisão para pagamentos a efetuar	119	219	19
Provisão para passivos contingentes	-	1	(2)
Credores diversos pass	(2)	8	(2)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.796	4.779	1.556
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições/Baixas no imobilizado	(4)	(4)	(13)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:	(4)	(4)	(13)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Lucros Distribuídos no período	(3.001)	(3.001)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:	(3.001)	(3.001)	-
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	791	1.774	1.543
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.461	7.478	5.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9.252	9.252	7.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Finama Administradora de Consórcio Ltda.
Assinado digitalmente por [Assinatura]

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Ajuntamento Aumento Cap.	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.788	-	3.356	5.144
Resultado do 1º semestre/2020	-	-	950	950
Resultado do 2º semestre/2020	-	-	389	389
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.788	-	4.705	6.493
Destinação de lucros acumulados	-	3.001	-3.001	-
Resultado do 1º semestre/2021	-	-	973	973
Saldo em 30 de junho de 2021	1.788	3.001	2.677	7.466
Aumento de Capital de Lucros Acumulados	3.001	-	-	-
Resultado do 2º Semestre/2021	-	-	243	243
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.789	-	2.920	7.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Finama Administradora de Consórcio Ltda.
Assinado digitalmente por [Assinatura]

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio
do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/Dez/2021	31/Dez/2020
Ativo circulante			
Disponibilidades			
Depósitos bancários	5	31	309
Aplicações financeiras	5	25.285	29.775
		25.316	29.884
Outros Créditos			
Direitos junto a consorciados contemplados			
Normais	19	21.872	23.334
Em atraso	19	378	446
Em cobrança judicial	19	344	746
Bens apreendidos	19	7	6
		22.601	24.532
Total do circulante		47.917	54.416
Compensação			
Consórcio			
Previsão mensal de recursos a receber	25	1.716	1.964
Contribuições devidas ao grupo	25	63.623	69.151
Valores de bens ou serviços a contemplar	25	55.622	60.122
Total da compensação		120.961	131.237
TOTAL DO ATIVO		168.878	185.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio
do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	31/Dez/2021	31/Dez/2020
Passivo circulante			
Obrigações com consorciados	20	16.154	17.275
Valores a repassar	21	1.346	1.614
Obrigações por contemplações a entregar	23	35.207	15.885
Recursos a devolver a consorciados	24	10.352	12.372
Recursos dos grupos	22	4.858	7.270
Total do passivo circulante		47.917	54.416
Compensação			
Consórcio			
Previsão mensal de recursos a receber	25	1.716	1.964
Contribuições devidas aos grupos	25	63.623	69.151
Valor dos bens ou serviços a contemplar	25	55.622	60.122
Total da compensação		120.961	131.237
TOTAL DO PASSIVO		168.878	185.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Assinado digitalmente por: *[Assinatura]*
Assinado digitalmente por: *[Assinatura]*

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

**Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos
do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2º Semestre 31/Dez/2021	Exercício 31/Dez/2021	Exercício 31/Dez/2020
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	28.929	29.884	29.907
Depósitos bancários	35	109	263
Aplicações financeiras	11.212	13.890	11.391
Aplicações vinculadas contemplações	17.682	15.885	18.253
RECURSOS COLETADOS	18.404	37.414	42.979
Contribuições para aquisição de bens	14.192	29.123	34.284
Taxa de administração	2.353	4.847	5.590
Contribuições ao fundo de reserva	419	863	1.017
Rendimentos de aplicações financeiras	650	935	272
Multas e juros moratórios	105	233	275
Prêmios de seguros	538	1.098	1.286
Outros	147	315	255
RECURSOS UTILIZADOS	22.017	41.982	43.002
Aquisição de bens	14.334	26.573	31.066
Taxa de administração	2.398	4.944	5.643
Multas e juros moratórios	52	115	137
Prêmios de seguros	552	1.127	1.306
Devolução a consorciados desligados	3.125	5.874	2.832
Outros	1.556	3.349	2.018
DISPONIBILIDADES FINAIS	25.316	25.316	29.884
Depósitos bancários	31	31	109
Aplicações financeiras	10.077	10.077	13.890
Aplicações vinculadas contemplações	15.208	15.208	15.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Finama Administradora de Consórcio Ltda.
Assinado por: [Assinatura]
Assinado por: [Assinatura]

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

CNPJ nº 45.725.975/0001-15

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. - CONTEXTO OPERACIONAL

A Finama Administradora de Consórcio LTDA ("Administradora"), é uma sociedade limitada com sede localizada à Rua Luiz Vaz de Camões nº 2859, Bairro da Redentora, em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

A Administradora tem por objeto social a constituição e a administração de grupos de consórcio destinados a facilitar a aquisição de bens móveis e serviços, principalmente, a pessoas físicas, sendo as concessionárias de veículos e motocicletas do Grupo Finama, seus parceiros na aquisição desses bens.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcios são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos.

2. - POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável, bem como, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, aplicado às Administradoras de Consórcios, lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normativas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Até o exercício de 31 de dezembro de 2021 foram aprovados pelo BACEN os seguintes os pronunciamentos contábeis e consequentemente incorporados no COSIF, aplicáveis às administradoras de consórcios:

CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, homologado pela Resolução CMN nº 4.524/10;

CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em ações, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
CPC 24 - Evento Subsequente, homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
CPC 27 - Ativo Imobilizado, homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados", homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015;
CPC 41 - "Resultado por Ação", homologado pela Resolução CMN nº 3.959/19;
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19;
Resolução do BACEN Nº 2 - Critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento.

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, Leis das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 28 de fevereiro de 2022.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Administradora é o real e todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Administradora é o real e todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Administradora

a) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. A taxa de administração dos grupos de consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme o Artigo 8º, § 2º, da Circular nº 2.381/1993, do Banco Central do Brasil - BACEN. As despesas de comissões de vendas de cotas de consórcios são apropriadas ao resultado por ocasião do recebimento da venda às quais as comissões estão vinculadas e são classificadas na rubrica "Despesas com pessoal".

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 6.404, do Conselho Monetário Nacional - CMN, são representados por disponibilidade em moeda nacional (Real) e aplicações financeiras, com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, o que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, conforme os termos da Circular BACEN nº 3.068/01. Os títulos e valores mobiliários referentes as aplicações financeiras em fundos de investimentos foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e, foram classificados na categoria "título disponível para negociação", os quais são avaliados ao valor de mercado, em contrapartida ao resultado do respectivo exercício findo.

d) Outros créditos

A Conta de "Outros créditos", representada por valores ainda não repassados pelos Grupos à administradora ou a receber de consorciados de grupos encerrados, reconhecidos demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da Administração, não houve indícios de perda por "impairment" no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, e incluem, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. São constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável realização, quando aplicável.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Eventos subsequentes

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.578/12, que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico NBC TG 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados nessas demonstrações financeiras.

3.2. Grupos de consórcio

a) Instrumentos financeiros

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

3.3. Eventos significativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A administração avaliou e identificou o seguinte evento subsequente significativo ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação, o qual entendeu necessidade de divulgação:

Efeitos causados nas operações da empresa com a pandemia (COVID-19):

Nesse 2º semestre de 2021, apesar da Pandemia do Novo Corona Virus, as atividades da empresa seguiram de forma regular, não sendo afetadas com grande impacto.

Foram tomadas todas as medidas de segurança em relação aos nossos colaboradores.

Em relação ao andamento financeiro, não houve a necessidade de captação de recursos de terceiros, uso de benefícios emergenciais governamentais, nem realização de provisões.

Foram adotadas práticas para negociação de eventuais atrasos de parcelas mensais e repactuação de acordos de cobrança.

4. - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Referem-se a recursos em bancos com disponibilidade para resgate imediato, sendo as aplicações exclusivamente em renda fixa sem risco significativo de mudança de valor.

Descrição	31/12/2021	30/12/2020
Banco conta movimento	488	180
	<u>488</u>	<u>180</u>

5. - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (administradora)

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Quotas de Fundos de Investimento (a)		
Caixa Econômica Federal	4.418	4.618
Banco Itaú	3.493	1.878
Banco Santander	853	802
	<u>8.764</u>	<u>7.298</u>

5.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Grupos)

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Quotas de Fundos de Investimento (a)		
Banco Santander – FIC-FI	25.285	29.775
	<u>25.285</u>	<u>29.775</u>

(a) Aplicações em renda fixa FIC FI com rentabilidade média de 0,20% ao mês, sem vínculo restritivo e disponível para resgate imediato. Ao valor do principal aplicado são acrescidos os rendimentos auferidos no período em contra partida: do resultado do exercício, no caso de recursos da Empresa, e do saldo de recursos a devolver a consorciados, no caso dos recursos de grupos encerrados.

6. - OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos	10	27
IRRF a compensar	90	58
Valores pendentes de recebimento – cobr. Judicial (a)	1.139	823
Devedores por depósitos em garantia	195	129
	1.434	1.037
Parcela circulante	100	85
Parcela não circulante	1.334	952

(a) Referem-se as custas administrativas e judiciais para cobrança de consorciados inadimplentes de grupos encerrados a créditos a receber de consorciados de grupos já encerrados decorrentes de demandas de cobrança em andamento em acionamento de seguro ou em fase de encaminhamento para cobrança judicial.

7. - INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	6	6
	6	6

8. - IMOBILIZADO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e utensílios	46	52
Equipamentos de processamento de dados	6	10
Equipamentos de comunicação	9	11
Veículos	113	176
	174	249

9. - INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Marcas e patentes	24	24
Software	15	22
	39	46

10. - RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Referem-se aos recursos não procurados de consorciados desligados, desistentes ou excluídos de grupos encerrados. O passivo é constituído em contrapartida da aplicação financeira dos recursos capitalizados pelos rendimentos das aplicações financeiras até a data do balanço.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Grupos encerrados	838	829
Grupos encerrados – dejuir	318	-
	1.156	829

11. - OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a recolher	170	167
Provisão para pagamentos a efetuar	681	463
Valores pendentes de recebimento – cobr. Judicial	1.139	823
Credores diversos – país	17	10
Provisão para passivos contingentes (a)	32	31
	2.039	1.494

A Empresa possui processos judiciais de natureza cível avaliado pelos assessores jurídicos como de risco de perda provável. O risco de perda estimado pelos seus advogados em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 32mil.

12. - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 4.789.000 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 4.789mil.

b) Lucro por cota de capital

O lucro por cota de capital é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos sócios, pela quantidade de cotas durante o período.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro atribuível aos sócios	1.216	1.349
Quantidade de cotas	4.789	1.788
Lucro Básico e diluído por cotas	0,25	0,75

12.1 – LIMITE DE ALAVANCAGEM

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das Administradoras de Consórcio estabelecido no artigo 6º, § 1º da Circular Bacen nº 3.433 de 03/02/2009, conjugado com o artigo 1º, § 1º, incisos I, II e III da Circular Bacen no 3.524 de 03/02/2011, assim apurado: Passivo Circulante + Passivo Não Circulante da Administradora=R\$ 3.195, (-) Recursos Pendentes de Recebimento – Cobrança Judicial (R\$ 1.139), + Disponibilidades de Grupos de Consórcio (R\$ 25.316 (-) Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (R\$ 15.208) = R\$ 12.164 versus Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 46.260 (R\$ 7.710 x 6).

13. - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2º Semestre 31/12/2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Rendas de taxa de administração (a)	2.978	6.155	6.426
(-) Impostos incidentes (b)	(351)	(716)	(752)
Total	2.627	5.439	5.674

(a) Receita proveniente da prestação de serviços efetivada por meio da cobrança de taxa de administração definida contratualmente com os consorciados de 14% a 17% do valor da parcela mensal;

(b) Refere-se ao PIS, a COFINS e ao ISSQN.

14. - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

Descrição	2º Semestre 31/12/2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Despesas com alugueis	(8)	(15)	(22)
Despesas com água, luz e gás	(41)	(80)	(59)
Despesas de comunicação	(45)	(84)	(92)
Despesas com mat. de escritório e limpeza	(7)	(14)	(20)
Despesas de manut. e cons. de bens	(17)	(34)	(20)
Despesas com processamento de dados	(104)	(208)	(180)
Despesas com propaganda e publicidades	(178)	(347)	(364)
Despesas com transportes	(13)	(36)	(33)
Despesas tributárias	(46)	(70)	(45)
Despesas com prestação de serviços	(42)	(89)	(95)
Despesas com viagens	(1)	(2)	(4)
Despesas do sistema financeiro	(4)	(9)	(6)
Depreciações e amortizações	(43)	(86)	(93)
Outras despesas	(344)	(676)	(777)
Total	(891)	(1.780)	(1.810)

15. - DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2º Semestre 31/12/2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Comissões	(218)	(479)	(422)
Salários e ordenados	(473)	(887)	(813)
Provisão de férias/13º salários	(205)	(414)	(466)
Encargos sociais	(287)	(589)	(529)
Benefícios	(2)	(4)	(5)
Total	(1.185)	(2.373)	(2.235)

16. - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Descrição	2º Semestre 31/12/2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Despesa de imposto de renda	(468)	(468)	(513)
Despesa de contribuição social	(177)	(177)	(193)
Total	(645)	(645)	(706)

17. - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre 31/12/2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Rendas sobre títulos mobiliários	254	350	161
Outras receitas operacionais	83	195	265
Total	337	545	426

18. - SEGUROS

A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

19. - DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS - A VENCER

Valores a receber de consorciados contemplados reconhecidos pela diferença entre o montante pago e o valor da carta de crédito.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
(+) Normais - transferências	(106.354)	158.867
(-) Normais - recebimentos	(83.760)	(135.533)
Total	22.594	23.334

20. - OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recebimentos não identificados (a)	368	400
Contribuições de consorciados não contemplados (b)	15.788	16.822
Grupos em formação	-	53
Total	16.154	17.275

(a) Refere-se a recebimentos via depósito de mensalidades ainda em processo de identificação;

(b) Registra os valores de recebimentos (fundo comum) de consorciados não contemplados

21. - VALORES A REPASSAR

Demonstra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos para a Empresa referentes à taxa de administração, multa rescisória, outros recursos (taxa de transferência, tarifa bancária e taxa registro de gravame). Quanto aos prêmios de seguro correspondem ao seguro de vida e quebra de garantia, cobertos dos consorciados que serão repassados à seguradora.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de seguros	84	100
Multa rescisória	1.262	1.514
Total	1.346	1.614

22. - RECURSOS DOS GRUPOS

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, além de valores das atualizações de obrigações e atualizações de direitos, que são geradas de acordo com as atualizações dos bens.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de reserva	3.045	4.866
Rendimentos - aplicações financeiras	738	909
Multas e juros - moratórios retidos	1.841	2.198
Atualização de direitos	4.804	3.346
(-) Atualização de obrigações	(6.170)	(4.051)
Total	4.658	7.270

23. - OBRIGAÇÕES POR CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

Registra os valores dos créditos a repassar aos consorciados contemplados nas assembleias, acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira e deduzidos os valores de créditos já pagos demonstrando assim, o valor que ainda a Empresa tem obrigação de repassar aos consorciados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
(+) Obrigações - contempl. a entregar - transferência	102.920	141.922
(-) Obrigações - contempl. a entregar - pagamento	(88.075)	(126.920)
(+) Obrigações - contempl. a entregar - rendimentos	1.888	2.363
(-) Obrigações - contempl. a entregar - reajuste cred.	24	34
(-) Obrigações - contempl. a entregar - Pagto cancelados	(1.550)	(1.514)
Total	15.207	15.888

24. - RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Correspondem aos valores dos recursos dos grupos que serão devolvidos aos consorciados ativos pelo excesso de amortizações e aos consorciados desligados, desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições deduzidos de multas.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Consortiados ativos	259	170
Consortiados desligados	10.093	12.202
Total	10.352	12.372

25. - COMPENSAÇÃO

Ativo / Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Previsão mensal de reitas a receber (a)	1.716	1.964
Contribuições devidas ao grupo(b)	63.623	69.151
Valor dos bens ou serviços a contemplar (c)	55.622	60.122
Total	120.961	131.237

(a) Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições para formação de fundo comum de consorciados com expectativa de recebimento no mês seguinte ao de encerramento das demonstrações financeiras;

(b) São as previsões do total de contribuições para constituição de fundo comum devidas pelos consorciados ativos e direito até o encerramento dos grupos;

(c) Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras.

26. - RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações dos grupos de consórcio apresentam a seguinte posição: (Quantidade)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Grupos em andamento	33	48
Bens entregues no período	530	643
Taxa de inadimplência	18%	17%
Consortiados ativos	5.416	7.331
Consortiados desistentes ou excluídos	7.250	10.632
Bens pendentes de entrega	514	560

27. - COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.849 de 25 de março de 2010, e pelas Circulares Bacen nºs 3.501 e 3.503, respectivamente de 16 de julho de 2010 e 26 de julho de 2010, o Componente Organizacional de Ouvidoria se encontra em pleno funcionamento.

28. – PARTES RELACIONADAS

Nos termos da Carta-Circular nº 3.410 de 13/08/2009, e pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas, informamos que as transações com partes relacionadas se restringiram ao pagamento de bens junto à empresas ligadas (FARIA VEICULOS LTDA e FARIA MOTOS LTDA), eventualmente adquiridos dessas empresas ligadas por consorciados contemplados em grupos de consórcio por nós administrados.

29. – MANUAL DE CONTROLES INTERNOS

A Administradora mantém atualizado o Manual de Controles Internos, onde encontra-se registrado:

- a-) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b-) O gerenciamento de riscos; e
- c-) O gerenciamento de contingências.

30 – SISTEMA DE ANÁLISE DE GRUPOS/COTAS DE CONSÓRCIO

Atendendo ao disposto no artigo 1º da Circular nº 3.394 de 09 de julho de 2008, que dispõe sobre a remessa ao Bacen de informações relativas a operações de consórcio, através do Sistema de Análise de Grupos/Cotas – SAG, a administradora realiza mensalmente, até o dia 30 do mês subsequente ao da data-base, por meio do Documento 2080 – Posição de Cotas e de Grupos das Operações de Consórcio – Bens Imóveis, Móveis e Serviços, conforme determinado na Carta-Circular 3.335 de 01 de Agosto de 2.008.

31. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administradora não possui saldo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021, cujas divulgações sejam requeridas nos termos das normas e instruções do BACEN.

32. – GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado e as recomendações do Comitê da Basileia, a Administradora, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) **Risco de Crédito** - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito, como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

(ii) **Risco Operacional** - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora estabeleceu a diretoria financeira e administrativa como a responsável pela gestão do risco operacional como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iii) **Risco de Mercado** - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria financeira como a responsável pela gestão do risco de mercado como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras, mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados das aplicações financeiras realizadas. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Finama em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos.

(iv) **Gerenciamento de Capital** - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Administradora. A política relacionada à Gestão de Capital da Finama Administradora de Consórcio estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Administradora busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;

(v) **Risco de Conformidade** - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Administradora está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Administradora gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas.

(vi) **Risco Legal** - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros.

A Administradora através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

(vi) **Risco Estratégico** - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos.

A Administradora possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

(vii) **Risco Reputacional** - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Finama Administradora de Consórcio é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

(ix) **Risco Cibernético** - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Administradora mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores;

(x) **Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)** - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potencial perdas ou danos a eles atrelados. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos, que envolve a identificação de eventos ou riscos específicos relevantes para a Administradora e sua avaliação em termos de probabilidade e magnitude do impacto;

(xi) **Divulgação de informações** - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora conta com política específica que estabelece os princípios e processos a serem adotados na divulgação de informações que evidenciem o atendimento de requerimentos prudenciais definidos pelo regulador. As publicações são realizadas de acordo com conteúdo, formato e periodicidade definidas pela regulamentação em vigor, disponibilizadas ao público por meio do website da Finama, e englobam informações a respeito da sua estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, da apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (Risk Weighted Assets - RWA), da adequação do Patrimônio de Referência (PR), e dos indicadores de liquidez.

32 - FATOS SUBSEQUENTES

A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão, não havendo eventos que requerem ajuste em suas demonstrações financeiras.

Flávia Guipofaria
Flávia Guipofaria